



REFLEXÕES SOBRE TEORIA E TÉCNICAS DE PESQUISA EM HISTÓRIA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3719

Roberto da Silva Rodrigues, UEM

Resumo

Tomando como referência o século XIX como marco do desenvolvimento das pretensões científicas da disciplina histórica, desde então, diversas batalhas teóricas desenvolveram-se promovendo alterações em sua configuração. Hoje a palavra crise da história aparece em meio a um conjunto retórico a dar um sentido de desconforto e dúvida sobre os elementos epistemológicos que constituem a prática deste conhecimento. Neste “nevoeiro de confusa orientação” que se propala como pano de fundo na contemporaneidade como crise da história, vem para dar lugar à constatação do imenso arsenal metodológico que hoje os historiadores possuem para a prática de sua pesquisa. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é socializar alguns resultados de debates teóricos desenvolvidos na disciplina de Teoria e Técnicas de pesquisa em História do mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina no ano de 2013. Sendo assim, este trabalho pretende se utilizar metodologicamente de contribuições filosóficas da teoria da história para assinalar o percurso que a disciplina histórica desenvolveu desde o século XIX e suas relações com a filosofia. Como resultado, pretendemos mostrar que o que para muitos é visto como uma situação de crise da história na verdade trata da incorporação de novos problemas para o ofício do historiador com ricas possibilidades de técnicas e métodos de pesquisa.

Palavras Chave:

Teoria da história;
métodos; técnicas de
pesquisa.

Tomando como referência o século XIX como marco do desenvolvimento das pretensões científicas da disciplina histórica, desde então, diversas batalhas teóricas desenvolveram-se promovendo alterações em sua configuração, o que poderia parecer inquietante, mas que revela-se encantador, não apenas na história mas em outras disciplinas das Ciências Humanas. Hoje a palavra crise da história aparece em meio a um conjunto retórico a dar um sentido de desconforto e dúvida sobre os elementos epistemológicos que constituem a prática deste conhecimento. Encantador pois neste “nevoeiro de confusa orientação” que se propala como pano de fundo na contemporaneidade, vem para dar lugar à constatação do imenso arsenal metodológico que hoje os historiadores possuem para a prática de sua pesquisa.

Todavia, a de se pontuar que a palavra crise, não apenas no caso do conhecimento histórico, é um dispositivo recorrente quando se pretende uma oposição em combate a algo que esteja estabelecido, de modo a diminuir seu valor. Ao longo deste trabalho veremos o “processo” de constituição da ciência histórica e sua “independência” de outras áreas do conhecimento como a filosofia. Como veio a História a desenvolver reflexões que a caracterizassem com propriedades de sua natureza de conhecimento. Não será feita uma história da historiografia, o que se pretende é apenas esboçar elementos importantes para fornecer indícios de caminhos possíveis para o historiador seguir ao se deparar com a necessidade de escolher a técnica de pesquisa mais adequada para o seu trabalho.

Entre a História e a Filosofia

Embora a prática da História tenha a suas expressões escritas remontadas a Homero, é com a cientificidade iluminista que avançam as reflexões sobre a história, ou mais

precisamente a filosofia da história. Nesta fase, final do século XIII e início do XIX, alguns filósofos proeminentes como Immanuel Kant (1724-1804), Johann Gottfried Herder (1744-1803) em seus escritos também dedicam atenção para o conhecimento da história.

Nos escritos destes filósofos podemos constatar aspectos de suas ideias sobre a história e a influência de paradigmas filosóficos nestas ideias que por sua vez indicam certa “dependência” da história frente a estes paradigmas, a exemplo a influência das leis da natureza sobre os homens e sobre a história, como escreve Kant em no texto *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, de 1784.

Como o filósofo não pode pressupor nos homens e seus jogos, tomados em seu conjunto, nenhum propósito racional próprio, ele não tem outra saída senão tentar descobrir, neste curso absurdo das coisas humanas, um propósito da natureza que possibilite todavia uma história segundo um determinado plano da natureza para criaturas que procedem sem um plano próprio. Nós queremos ver se conseguimos encontrar um fio condutor para a tal história e deixar ao encargo da natureza gerar o homem que esteja em condição de escrevê-la segundo este fio condutor. (KANT, 1986, p. 10).

Suas proposições trazem o entendimento para os caminhos do desenvolvimento do indivíduo que aconteceria de maneira plena, sob as disposições gerais da natureza. Neste sentido o desenvolvimento completo do homem, aconteceria apenas como espécie. Em síntese, a ideia de História universal em Kant é um projeto: “Uma tentativa filosófica de elaborar a história universal do mundo segundo um plano da natureza que vise à perfeita união civil na espécie humana.” (KANT, 1986, p. 22).

O filósofo alemão entende a história universal em contraposição a uma ideia de particularidade, ou então, ao ver na particularidade o desenvolvimento de princípios universais da natureza que levariam a espécie humana num futuro ao desenvolvimento pleno de seu gênero.

Em Johan Gottfried Herder podemos observar diferenciações com o pensamento de Kant sobre a História. Herder se apropria do naturalismo como um recurso para ajudar na reflexão sobre a história humana, pois não entende a história como uma evolução determinada por princípios da natureza, “A História é a ciência daquilo que é e não daquilo que poderia porventura ser, de acordo com os desígnios ocultos do destino. (HERDER, 1984, p. 49).

É na ação combinada das forças vivas do homem que Herder que vai buscar “as molas” da história humana, que neste caso não está determinada por um princípio na natureza ou destinada ao desenvolvimento moral como entendia Kant, para Herder o historiador da humanidade deve ser imparcial e julgar sem paixões. (HERDER, 1984, p. 45). Esta força viva estaria no caráter dos povos, no tipo de vida, educação e das ocupações primitivas.

Herder, então, procura aprofundar uma análise sobre estas características ao observar a formação de um reino para constatar a transitoriedade das obras humanas. Há de se constatar também um empenho para compreender esta transitoriedade na qual o esforço da cultura de um povo promoveria seu desenvolvimento até certo ponto, e então declinaria, refutando, portanto qualquer ideia de eternidade de instituições ou estados, por mais que cada estágio seguinte da cultura de um povo representasse um esforço de superação da cultura anterior.

A causa desta transitoriedade de todas as coisas terrenas reside na sua própria essência, no local em que se encontram, na lei geral a que

está subordinada toda natureza. O corpo humano é um invólucro frágil e sempre em renovação, que por fim já mais não pode renovar-se [...] E ainda com tudo isto algum progresso fosse visível. Mas onde se revela ele na história? Nesta só se vê por toda a parte destruição sem qualquer vislumbre do que aparece de novo ser melhor do que o que foi destruído. Há nações que florescem e outras que declinam. Mas de nenhuma das que declinam surge uma flor nova, quanto mais uma flor mais bela. (HERDER, 1984, p. 52).

Portanto podemos destacar que uma das principais diferenciações do pensamento de Kant e Herder, sobre a filosofia da história, se encontra na perspectiva quanto ao desenvolvimento do processo histórico, primeira defendia uma noção de progresso enquanto Herder via a destruição, ao longo dos estágios históricos como característica mais presente.

Ranke e o método de pesquisa histórico

Os dois pensadores com o qual discutimos a história até aqui nos apresentaram o problema sob uma ótica da filosofia da história, portanto a reflexão sobre esta última acaba sendo impregnada por pressupostos filosóficos que predominavam a cientificidade. É em Leopold Von Ranke (1795-1886) que encontramos a busca por caminhos de desenvolvimento de uma lógica própria para a disciplina da história. Para ele a história se distinguia das outras ciências por ser também uma arte, sendo ciência, coleta, busca, investiga; e arte, pois recriaria e retrataria aquilo que encontrou e reconheceu. (RANKE, 2010, p. 141).

Para justificar nossa ciência contra as reivindicações da filosofia, precisamos nos reportar ao sublime; procurar um princípio do qual a história receberia uma vida única, própria. Para encontrar esse

princípio devemos considerar a história em sua luta com a filosofia. Estamos falando daquele tipo de filosofia que alcançou seus resultados mediante especulação e que afirma dominar a história. (RANKE, 2010, p. 143).

Portanto, observamos em Ranke, uma preocupação em caracterizar e diferenciar a história como ciência frente a filosofia. Esta “subordinação” da história à filosofia como veremos adiante, ainda continuou a render debates teóricos no século XX, de todo modo, percebemos que em Ranke existe um esforço de caracterizar a história em sua singularidade frente às outras áreas do conhecimento humano. E é neste esforço de diferenciação da história que Ranke vai estabelecer os princípios para a prática histórica: o puro amor à verdade; estudo documental penetrante e profundo; o interesse universal; a investigação sobre nexos causais e a imparcialidade.

Sem aprofundar em considerações sobre cada um destes princípios, em geral, podemos concluir que eles ditam um caminho e estabelecem um espaço para a prática e o ofício de historiador, algo que não se verificava até então. E é neste locus epistemológico que vai se consolidar o lugar para o ofício do historiador e que veio a possibilitar o alargamento das reflexões quanto ao seu objeto de estudo. Desde então, o discurso historiográfico ganha instrumental metodológico específico ambicionando a cientificidade, exercido a partir de uma posição própria, podemos dizer que o conhecimento histórico ganha seu estatuto de “conhecimento autônomo” frente a outras formas de conhecimento.

Da polêmica das tradições ao aprimoramento das técnicas de pesquisa

Com Leopold Von Ranke a disciplina histórica entra em outro estágio, o que abre para a fase da polêmica das tradições e aprimoramento

das técnicas de pesquisa. Polêmica das tradições pelo advento da escola dos Annales, correndo o risco desta definição parecer simplista ela pode ser entendida desta forma já que o projeto dos Annales é construído sobre declarada polêmica e oposição às expressões historiográficas ditas “positivista”, como escreve Jacques Le Goff no prefácio à Marc Bloch.

[...] Os historiadores “positivistas” visados por Marc Bloch são marcados pela filosofia positivista do final do século XIX, a escola de Augusto Comte – que era uma filosofia ainda dominante através de nuances muitas vezes profundas (pois Reunouvier, por exemplo, morto em 1930, muitas vezes qualificado de “positivista”, é bem diferente de um simples discípulo de Comte) e que constituía o fundo da ideologia filosófica na França na época em que Marc Bloch era estudante. (BLOCH, 2001, p. 19)

Esta crítica viria, entre outras coisas, na defesa da poética que estaria presente na ciência da história, a qual não poderia ser reduzida às abstrações, leis e estruturas. Aqui, já estão colocados os elementos que viriam a alimentar os diversos debates contemporâneos sobre a história e a narrativa.

Esta polêmica com os historiadores “positivistas” não esteve circunscrita a apenas esta linha de pensamento. Também no século XIX, as ideias político-filosóficas de Karl Marx viriam a colocar novos elementos para a compreensão de uma história do ponto de vista materialista, vinda a consolidar o materialismo histórico como outro ponto de referência nas batalhas teóricas da história.

Desse modo que podemos compreender as divergências entre Louis Althusser e Edward P. Thompson, na segunda metade do século XX, que Thompson escreve em A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser

(1981). A divergência que Thompson estabelece com Althusser se contrapõe desde o entendimento entre os dois pensadores a respeito do materialismo histórico até ao entendimento dos processos históricos. Para ser mais preciso, Thompson pontua que Althusser desenvolve uma filosofia a-histórica que despreza a importância empírica para a formulação dos conceitos. Desse modo, os processos históricos estariam subordinados às estruturas formais dos conceitos filosóficos.

Procurando restaurar conceitos do materialismo histórico e defendendo a disciplina da história, Thompson entende que a abstração conceitual de Althusser engessa o entendimento dos processos históricos, o historiador marxista aprofunda suas análises sobre o objeto de conhecimento histórico e apresenta a o critério da evidência como validação teórica.

Este esforço de Edward Thompson é, também, uma iniciativa de renovar o materialismo histórico deformado, por um lado, pelas estreitezas teóricas stalinistas, por outro, pelo abstracionismo filosófico de Luis Althusser. Nesta empreitada de renovação, o historiador inglês dedica atenção ao sujeito histórico retomando debates sobre o objeto de conhecimento e consciência social. Thompson procura evidenciar uma relação dinâmica de determinação entre a consciência social e o objeto de conhecimento.

A história de um ponto de vista dos subalternos.

Destacamos aqui duas dimensões do marxismo para a disciplina histórica: a contribuição para análise econômica social e a observação da história a partir do universo das classes dominadas. O Contexto do debate Thompson/Althusser estava profundamente carregado por uma concepção da história de interpretação de grandes processos sociais que atravessou

a primeira metade do século XX.

Se Edward Thompson chama a atenção para o fator da experiência no estudo dos processos históricos enfatizando a importância da empiria para a validação teórica, o historiador italiano Carlo Ginzburg vai aprofundar o estudo sobre a experiência cultural de camponeses no século XVI, investigando o processo de inquisição do moleiro Menocchio, na região de Friuli, na Itália, acusado por suas palavras que atentavam os dogmas na Igreja Católica.

Em o Queijo e os Vermes Carlo Guinzburg realiza um rico projeto de investigação de maneira alternativa ao que ele chama de imagem estereotipada e adocicada de cultura popular. (GINZBURG, 2003, p. 19). Vai encontrar em Mikhail Bakhtin elementos para a formulação da ideia de circularidade cultural, influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica, contra a ideia de dicotomia cultural.

Este é apenas um dos problemas que o projeto de Carlo Guinzburg revelou. Sua metodologia de pesquisa em o Queijo e os Vermes veio a estabelecer uma nova perspectiva para a pesquisa histórica: a micro-história, a preocupação com a narrativa pelo historiador e a confrontação entre as fontes como critério para encontrar evidências.

Esta perspectiva singular encontrou aliados como Natalie Zemon Davis, ambos historiadores trabalham com processos inquisitórios, concluíram em seus trabalhos a necessidade de um tratamento acurado pelo historiador quando as fontes apresentavam lacunas para uma compreensão do todo dos processos históricos por elas retratados.

Nesta dificuldade, o procedimento do historiador seria o de considerar o caráter de probabilidade de suas afirmações quando alguma lacuna não permitisse afirmar ou concluir um

dado com maior certeza. Este problema coloca, entre outras coisas, a consideração sobre a narrativa histórica, ou sobre como contar e escrever no centro das preocupações dos problemas sobre as técnicas de pesquisa em história hoje, como um problema que emerge aos historiadores após a Segunda Guerra Mundial, como escreve Eric Hobsbawm

Acredito que possamos aceitar que os vinte anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial assistiram a um flagrante declínio na história política e religiosa, no uso das “ideias” como explicação da história, e uma notável virada para a história socioeconômica e para a explicação histórica em termos de “forças sociais”, como já notava Moglimiano em 1954. (HOBSBAWM, 2000, p. 201).

Hobsbawm coloca em questão se este cenário seria o indício sobre o retorno da narrativa histórica, mas não hesita em reconhecer uma reorientação teórica e metodológica que reconverte o tratamento dos problemas históricos.

Pode-se sugerir que um dos elementos dessas mudanças reflete o notável alargamento do campo da história nos últimos vinte anos, caracterizado pela ascensão da “história social”, esse recipiente amorfo para tudo, desde mudanças no físico humano até o símbolo e o ritual, e sobretudo para as vidas de todas as pessoas, de mendigos a imperadores. (HOBSBAWM, 2000, p. 203).

Para o historiador inglês este alargamento colocaria outros problemas e dificuldades técnicas para escrever a história. Esta preocupação com a escrita da história ocupa hoje uma posição de destaque principalmente se considerarmos o cenário contemporâneo no qual se diz vivenciar uma crise da história.

A escrita da história na era da crise epistemológica

A década de 1980, segundo Roger Chartier, significou um período de crise e incerteza epistemológica para a história e ciências sociais. Situação esta, advinda pela incapacidade de paradigmas como o marxismo e estruturalismo em dar conta de novos problemas que surgem no campo historiográfico. Entre eles, a emergência e necessidades de pesquisas sobre sujeitos históricos negligenciados pelos padrões tradicionais da pesquisa histórica direcionada aos grandes processos e estruturas sociais e políticas. A Micro-história de Carlo Ginzburg revela-se “inovadora” em sua abordagem justamente por trazer no centro de sua metodologia essa sensibilidade técnica de observação em escala microscópica.

Neste artigo Roger Chartier faz um breve balanço sobre estas mudanças paradigmáticas que inauguraria uma nova história social, a micro-história por um lado; e o problema de recuperar as propriedades narrativas da história. Frente a essas questões Chartier propõe o estudo da história cultural e o conceito de representação por permitir designar e lidar com três realidades maiores.

O historiador francês procura conservar a centralidade das ciências sociais para o conhecimento histórico e encontra em Norbert Elias aportes para a noção de história cultural e representação, noções que serão balizadoras para Roger Chartier em suas pesquisas sobre as práticas culturais da leitura.

Considerações finais

As questões que aqui foram discutidas podem render logos debates ser formos esmiuçar cada uma delas em seus pormenores. O que não constituiu o objetivo deste trabalho. Sem pretender ter realizado um debate sobre a história da historiografia, e sem a pretensão de

fechar qualquer discussão, o que se pode é apontar caminhos e indícios sobre os diversos níveis que envolvem o debate sobre teoria e método no campo da história.

Sendo assim, podemos identificar que no cenário atual para a prática da pesquisa histórica se encontra uma variedade de possibilidades para tratamento metodológico. O que por si só não quer dizer que os trabalhos sejam melhores que os de 20, 50 ou os do século passado. A proliferação do mercado editorial historiográfico é um indício da democratização do exercício desta prática de conhecimento.

As várias possibilidades de abordagens temáticas e de manejos com as fontes colocam mais do que nunca a necessidade de habilidades por parte do historiador de apropriar-se de instrumentais metodológicos adequados para o seu tipo de pesquisa..

Referências

BLOCH, Marc, **Apologia da História ou o ofício do historiador**, Rio de Janeiro, Zahar, 2001, p. 51-127.

CHARTIER, Roger, A história hoje: dúvidas, desafios, proposta in **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 13, 1004, p. 97-113 (disponível

em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1966>).

GINZBURG, Carlo, **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**, Searcz Ed., 1976, p.15 -87.

GINZBURG, Carlo, **A micro história e outros ensaios**, Rio de Janeiro, DIFEL, 1989, cap. VI e VII.

HOBBSAWM, Eric, A volta da narrativa in HOBBSAWM, Eric, **Sobre História**, Schwarcz Ed, 2000, p. 201-206.

HERDER, J. G. Idéias para a filosofia da história da humanidade. In GARDNER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1984, p. 41-59.

KANT, Immanuel. Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita. TERRA, Ricardo R. Algumas questões sobre a filosofia da história em Kant. In TERRA, Ricardo R. (Org). **Immanuel Kant: idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 9 – 24; 43-74.

RANKE, Leopold von. Sobre o caráter da ciência histórica. In MALERBA, Jurandir (Org.) **Lições da história**. Porto Alegre: EdPUC/FGV, 2010, p. 133-154.

THOMPSON, Edward Palmer, **A miséria da teoria ou um planetário de erros**, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 9 – 61